

Os impactos do turismo em espaço rural

Luís Silva

Bolseiro de pós-doutoramento da FCT
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
silva.lms@gmail.com

Resumo A expressão Turismo em Espaço Rural (TER) designa o conjunto de modalidades de hospedagem em zonas rurais, orientadas para exploração dos seus recursos naturais e culturais. A criação deste tipo de alojamento turístico insere-se nas medidas adoptadas pelo Estado português e pela União Europeia para inverter a crise gerada pela desruralização do país iniciada por volta de 1960. Este artigo analisa os impactos que estas unidades de alojamento turístico têm no território nacional e nas povoações de Estorãos (Ponte de Lima), Sortelha (Sabugal) e Monsaraz (Reguengos de Monsaraz). A informação apurada indica que este tipo de turismo não se repercute de modo significativo no tecido socio-económico das áreas em que é implantado, contrariando os argumentos dos profissionais do sector. É na esfera simbólica que reside a mais-valia do TER, cuja existência contribui para a manutenção do campo enquanto suporte de identidade nacional.

Palavras-Chave Turismo em espaço rural (TER); desenvolvimento rural; campo.

Abstract The concept of “tourism” in Rural Areas (TER for the portuguese “Turismo em Espaço Rural”) defines the whole lodging modalities in rural areas, oriented for the exploitation of their natural and cultural resources. This kind of lodgings has proved to be part of the efforts made by the Portuguese state, as well as the European Union, to reverse the crisis provoked by Portuguese de-ruralization, initiated about 1960. This paper deals with the impacts of TER in Continental Portugal and, particularly, in three village contexts: Estorãos (Ponte de Lima), Sortelha (Sabugal), and Monsaraz (Reguengos de Monsaraz). The data collected indicates that the social-economical dynamics of the areas where TER is implemented does not seem to be significantly affected by it. It is in the symbolic field that rests the most valuable benefits of the TER, whose existence provides the maintenance of the countryside as a ground for national identity.

Key words Tourism in rural areas (TER); rural development; countryside.

Apresentação

Em anos recentes, tem-se assistido em Portugal à formulação e implementação sistemática de políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento rural que favorecem o sector turístico. Estas políticas têm por objectivo combater os efeitos nefastos da desruralização do país e procuram induzir o desenvolvimento sustentável das zonas rurais e estimular a diversificação das actividades económicas de quem nelas reside, mediante o aproveitamento dos seus recursos endógenos. Isto inclui o aproveitamento do potencial agrícola dos campos, a *patrimonialização* dos seus recursos naturais, culturais, históricos e paisagísticos, e a exploração turística destes patrimónios (Silva, 2007a: 39-67). Estas políticas de desenvolvimento local assumem e promovem a multifuncionalidade dos campos e encaram o turismo como uma instância capaz de dinamizar a economia, gerar emprego e contribuir decisivamente para a fixação das populações rurais (Ribeiro, 2003a: 202-203; 2003b). Este artigo pretende fornecer alguns elementos (empíricos e teóricos) de reflexão em torno do papel do Turismo em Espaço Rural (TER) enquanto instrumento de desenvolvimento local em meio rural. De modo sequencial, abordar-se-á a oferta, a opinião dos agentes envolvidos na promoção da oferta relativamente aos contributos do TER em termos de desenvolvimento rural e os impactos efectivos do TER em termos de desenvolvimento local.

Os dados compilados neste texto foram recolhidos durante um estudo sobre o TER efectuado no território continental e, particularmente, nas aldeias de Estorãos (Ponte de Lima), Sortelha (Sabugal) e Monsaraz (Reguengos de Monsaraz). Este estudo incluiu a realização de um inquérito por questionário, entrevistas abertas, trabalho de campo com observação participante e pesquisa bibliográfica e documental.¹ No plano nacional, foi aplicado um inquérito postal às 626 unidades inscritas na Direcção Geral de Turismo (DGT) no início de 2001, que teve uma taxa de resposta de 24,4%. Paralelamente, foram efectuados estudos de caso em 30 unidades situadas em diferentes

¹ A pesquisa extensiva foi efectuada no âmbito de um projecto que decorreu no CEAS/ISCTE, intitulado “Casas no Campo: Um Estudo do Turismo de Habitação em Portugal”, com a coordenação de João Leal e o financiamento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/POCTI/ANT/35997/2000). A pesquisa intensiva foi efectuada no quadro dos trabalhos de preparação da minha tese de doutoramento em antropologia, durante os quais beneficiei de uma bolsa de doutoramento concedida pela FCT (Silva, 2007a).

pontos do país, especialmente no Minho (15), na Beira Interior (9) e no Alto Alentejo (6). No decurso destes estudos de caso, para além dos proprietários, foram entrevistados 47 turistas, entre os quais 15 estrangeiros, e consultados 10 Livros de Honra e 3 Livros de Registo de Clientes. No plano local, foi realizado um trabalho de campo durante cerca de cinco meses em cada uma das aldeias, que incluiu observação etnográfica, realização de entrevistas junto de proprietários, entidades ligadas ao sector (Regiões de Turismo, Associações de Proprietários do TER, Associações de Desenvolvimento Local e Autarquias) e cerca de 50 turistas, um terço dos quais estrangeiros, e consulta de 8 Livros de Honra.

Estas povoações foram seleccionadas porque reuniam as condições ideais para a realização de um estudo antropológico de cariz mais clássico que permitisse um conhecimento aprofundado sobre a matéria em apreço. Nos três casos, estamos perante pequenas povoações rurais que possuem um número considerável de unidades afectas ao TER – os lugares estudados em Estorãos (Freixa, Igreja, Penas, Ponte e Tenães) contabilizam 181 habitantes, 6 unidades e cerca de 17 quartos duplos; Sortelha tem 256 habitantes, uma dezena de alojamentos e uma oferta de 25 quartos duplos (estas contagens englobam alguns quartos individuais que foram considerados duplos quando perfaziam um par); Monsaraz tem 120 habitantes, 3 unidades e cerca de 18 quartos duplos, para além de 5 estabelecimentos de outra categoria, que oferecem um total de 30 quartos duplos; nos arredores desta povoação existem ainda outras quatro unidades TER e dois estabelecimentos de outra ordem, entre eles um convento, que dispõem de cerca de 80 quartos.

Factos e números

Em termos estritamente jurídicos, o TER define o “conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, realizados e prestados (...) em zonas rurais” (Decreto-Lei N.º 54/2002). No âmbito deste artigo, porém, o termo TER será utilizado para designar o conjunto de modalidades de hospedagem em zonas rurais, orientadas para a exploração dos seus recursos naturais e culturais. Em Portugal, o TER inclui serviços de hospedagem em solares e casas apalaçadas, em quintas onde se desenvolvem actividades agrícolas, em casas rústicas, tomadas como exemplares da arquitectura popular de matriz rural, e ainda

em hotéis rurais e parques de campismo rurais. Estes serviços de hospedagem encontram-se repartidos por sete modalidades, legalmente definidas: Turismo de Habitação, Turismo Rural, Agroturismo, Turismo de Aldeia, Casas de Campo, Hotéis Rurais e Parques de Campismo Rurais (Decreto-Lei N.º 54/2002). Quando este estudo foi iniciado, os Hotéis Rurais e os Parques de Campismo Rurais não faziam parte do TER, pelo que não foram integrados no objecto de estudo, da mesma forma que não são considerados neste artigo. Quanto às restantes modalidades, interessa observar que o Turismo de Habitação proporciona a estadia numa casa senhorial e o convívio com representantes da antiga nobreza de província. O Agroturismo proporciona o contacto com o quotidiano de uma quinta de lavoura. O Turismo de Aldeia, o Turismo Rural e as Casas de Campo proporcionam a estadia numa típica casa de aldeia, residindo a diferença entre estas modalidades no modo como são geridas as unidades e na existência ou não de coabitação entre hóspedes e hospedeiros – ver Quadro 1.

Quadro 1 – Modalidades de Hospedagem TER (DL n.º 54/2002)

Turismo de Habitação	“Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma” (Artigo 4.º).
Turismo Rural	“Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas rústicas particulares que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitectura típica regional, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma” (Artigo 5.º)
Agroturismo	“Serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas particulares integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável, devendo ser habitadas por quem faz a sua exploração durante o período da mesma” (Artigo 6.º).
Turismo de Aldeia	“Serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de uma forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores”, devendo, pela “sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura típica local”(Artigo 7.º).
Casas de Campo	“Casas particulares situadas em zonas rurais que prestem serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores”, devendo, pela “sua traça, materiais de construção e demais características, integrar-se na arquitectura e ambiente rústico próprio da zona e local onde se situem” (Artigo 8.º).

O TER foi legalmente consagrado em Portugal em 1986 (Decreto-Lei N.º 256/86), associando duas novas modalidades de hospedagem – Turismo Rural e AgroTurismo – ao Turismo de Habitação, que no nosso país surgiu em 1978, em quatro áreas piloto: Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa (Decreto Regulamentar N.º 14/78). Desde 1986, o TER foi alvo de inúmeras regulamentações, que culminaram na actual configuração. A oferta deste tipo de unidades tem tido um crescimento médio anual de 12,3%, aumentando de 103 unidades em 1984 (ano em que foi feita a primeira estatística) para 936 em 2003 (DGT, 2000; 2001; 2002; 2004). Estas 936 unidades distribuem-se de forma irregular pelo país, concentrando-se essencialmente na região do Norte, particularmente no Minho (DGT, 2004).

Estas unidades podem ser agrupadas em duas categorias, tendo em conta a traça arquitectónica dos edifícios e o seu respectivo recheio: uma mais próxima do modelo de habitação característico de uma certa nobreza de província, que corresponde aos solares e casas apalaçadas, e outra relacionada com o arquétipo das casas características das pessoas do campo com algumas posses, constituídas pelas casas rústicas (Silva, 2006). A maioria destas casas encontra-se inserida em quintas ou herdades, muitas das quais com outras actividades produtivas, entre elas a agricultura e a pecuária. A par do alojamento, a oferta inclui habitualmente diversos equipamentos e actividades de diversão e animação turísticas, com destaque para piscinas e courts de ténis.

O crescimento do número de unidades afectas a este tipo de alojamento turístico envolveu, entre 1985 e meados de 2002, um investimento de cerca de 216 milhões de euros, aproximadamente 50,0% dos quais provenientes de capitais públicos, maioritariamente procedentes de fundos comunitários. Estas casas pertencem habitualmente a um indivíduo, que as explora de um modo directo e que é responsável pelo seu funcionamento. Os proprietários destas casas, que geralmente possuem um considerável capital económico e cultural, não formam um grupo homogéneo, sendo possível identificar três grandes grupos: o dos proprietários ligados à antiga nobreza de província, que ingressaram na actividade fundamentalmente para recuperar e manter na família o património herdado dos seus ascendentes, com destaque para os solares e casas apalaçadas; o dos agricultores e criadores de animais que procuram rentabilizar antigas instalações agrícolas, como sejam celeiros, casas de caseiros e arrumos; e o dos indivíduos que recuperam e adaptam

antigas habitações, situadas em aldeias ou noutro tipo de povoações, a fim de retirar dividendos da sua exploração turística (Silva, 2006).

O crescimento da oferta tem sido acompanhado por uma evolução relativamente similar ao nível da procura, que, entre 1986 (ano em que foi feita a primeira estatística) e 2003, teve um crescimento médio anual de, sensivelmente, 14,9% (DGT, 2000; 2001; 2002; 2004). Em 2003, o TER registou cerca de 457 mil dormidas, 205 mil das quais praticadas por portugueses (DGT, 2004). A procura deste tipo de unidades caracteriza-se fundamentalmente por indivíduos relativamente jovens, com idades compreendidas entre os 31 e 45 anos que exercem profissões de “colarinho branco” e que provêm dos grandes centros urbanos de Portugal e de outros países. As suas deslocações ao campo são mais ou menos regulares, têm uma duração média de dois a três dias no caso dos portugueses e de uma a duas semanas no caso dos estrangeiros e estão associadas à prossecução de dois objectivos nucleares: o de romper com a vida quotidiana e o de obter uma experiência revigorante no campo (Silva, 2007b). Esta atitude corresponde à realização prática da vertente popular e sentimental do ideário pastoral de que fala Marx, que se expressa numa multiplicidade de comportamentos, sendo “a fuga da cidade” o mais recorrente (Marx, 1967). Produzida por cidadãos, a sensibilidade pastoral

“é gerada por um desejo de se retirar face ao poder e complexidade crescentes da civilização. O que é atraente no pastoralismo é a felicidade representada por uma imagem da paisagem natural, um terreno intocado ou, se cultivado, rural. O movimento em direcção a esta paisagem simbólica pode também ser entendido como um movimento para longe de um mundo artificial (...) Noutras palavras, este impulso dá azo a um movimento simbólico para longe de centros da civilização em direcção ao seu oposto, natureza, para longe da sofisticação em direcção à simplicidade, ou, para introduzir a metáfora principal do modo literário, para longe da cidade em direcção ao campo” (Marx, 1967: 9-10).

O TER e o desenvolvimento rural

Nos últimos anos, o turismo tem vindo a assumir uma posição de relevo nas políticas formuladas pelo Estado português e pela União Europeia (UE)

para combater a depressão económica e demográfica em que mergulharam muitas áreas do país, sensivelmente a partir de 1960. O desenvolvimento rural, que desde os últimos anos do século XX se procura promover no contexto da UE, tem a particularidade de assentar numa política de matriz global e territorial que procura combater os problemas dos espaços rurais e melhorar a qualidade de vida das populações que neles habitam de um modo sustentável, em lugar de uma política sectorial centrada na agricultura. Para além de conter uma vincada sensibilidade ambiental e ecológica, esta nova fórmula de desenvolvimento rural confere especial atenção aos recursos endógenos e às populações locais, que passaram a constituir os principais intervenientes deste processo, a par do Estado e das instituições públicas (Pérez Correa, 2002; Ferrão e Lopes, 2004).

Um dos principais instrumentos de implementação e de realização prática desta política de desenvolvimento rural reside nas iniciativas comunitárias LEADER. Esta iniciativa comunitária teve um papel preponderante na concessão de incentivos financeiros à criação e melhoramento da oferta de unidades de tipo TER e promoção de outros produtos turísticos em zonas rurais (Ministério da Agricultura, Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural, 1995; Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural, 1999).

Embora se saiba que não se trata de uma panaceia universal, vários autores têm apregoado a ideia de que o turismo é um meio de desenvolvimento das áreas de implantação, contribuindo para a criação de emprego, equipamentos e infra-estruturas, para o desenvolvimento do comércio e dos serviços e ainda para o aumento dos rendimentos das famílias rurais, para a fixação da população rural e para a preservação e valorização dos recursos ambientais e patrimoniais, embora envolva certos perigos e desvantagens, como sejam a existência de flutuações de mercado, a eventual criação de tensões entre os membros das comunidades hospedeiras e a destruição do património e do ambiente da zona (Lane, 1994a; Leal, 2001; OCDE, 1994; Pearce, 1990).

Esta visão optimista do turismo enquanto promotor do desenvolvimento e indutor de benefícios para as comunidades e áreas de implantação não é, no entanto, consensual no quadro das ciências sociais. Considerando um dos componentes do Turismo Rural, correspondendo àquilo que em Portugal se denomina Agroturismo, Nilsson refere que

“Muitos estudos mostram que o Agroturismo é um bom negócio e dá um contributo importante para a economia local (...). Mas outros autores acham que esta forma de turismo tem resultados de algum modo frustrantes noutros países” (Nilsson, 2002: 13).

Assim, no âmbito desta investigação, dado que o TER é parte integrante do sector turístico existente em áreas rurais, a questão que se coloca reside em saber quais os contributos do TER em termos de desenvolvimento das comunidades e áreas da sua implantação, quer em termos reais quer perceptivos.

A opinião dos profissionais do sector

De acordo com a informação apurada através do inquérito por questionário, o TER contribui para o desenvolvimento local das áreas em que é implantado de diversas formas (ver Quadro 2).²

Quadro 2 – Contributos do TER para o Desenvolvimento Local

	1.ª Opção	Total de Respostas
Divulgação da Região/País	8,9%	21,8%
Desenvolvimento do Comércio e Serviços	0,8%	5,6%
Criação de Postos de Trabalho	1,6%	11,3%
Desenvolvimento económico	6,5%	12,9%
Preservação de Património Natural/Edificado/Cultural	8,1%	12,9%
Dinamização do Artesanato	1,6%	16,1%
Atração de Visitantes	4,0%	25,8%
Combate à Desertificação	12,9%	28,2%
Intercâmbio Cultural	15,3%	30,6%
Viabilização da Economia	16,9%	41,9%
Outros	23,4%	48,4%

A leitura deste quadro permite constatar que os responsáveis pelo funcionamento das unidades afectas ao TER à escala do território nacional têm uma visão sobre o sector similar à de alguns autores pró-turismo. Na

² Sendo uma questão de resposta múltipla, hierarquizada, optou-se por contabilizar a totalidade das respostas conferidas às distintas variáveis, destacando os valores correspondentes à primeira opção, por motivos de inteligibilidade.

primeira opção, a “Divulgação da Região/País” ocupa uma posição dominante (23,4%), logo seguida do “Desenvolvimento do Comércio/Serviços” (16,9%) e da “Criação de Postos de Trabalho” (15,3%); significativamente, na totalidade das respostas, regista-se uma ordenação similar. O “Intercâmbio Cultural”, que na totalidade das respostas atinge um valor de 11,3%, alusivo à relação entre hospedeiros e turistas, é concordante com um certo ponto de vista antropológico e sociológico, segundo o qual o turismo é uma instância propícia ao contacto entre universos culturais (Abram, Waldren e Macleod, 1997; Crick, 1985; Nash, 1996; Smith, 1978).

No quadro das entrevistas efectuadas em diferentes pontos do país e nas povoações que foram objecto de estudo de caso, os proprietários do TER, de certa forma, reiteram as ideias expressas no inquérito, declarando que o turismo traz benefícios para as respectivas regiões de implantação das casas em duas vertentes essenciais: económica e cultural. Em termos económicos, esta ideia é concretizada através da indicação de que o turismo, para além de criar postos de trabalho directos e indirectos, constitui-se como motor de desenvolvimento do comércio e da restauração, como decorre das seguintes transcrições:

Eu acho que *esta actividade (o TER) tem poucas coisas negativas – cria postos de trabalho*. Eu acho que Ponte de Lima, aqui não há desemprego, e uma das razões porque não há desemprego é o turismo. Porque o turismo chama, imediatamente, possibilidades de os outros também ganharem dinheiro, *o desenvolvimento é regional*. Isto é um benefício para os proprietários, mas também é um benefício para tudo o que envolve as quintas. Porque os turistas se vão para uma casa que não tem restauração lá dentro... têm que comer em restaurantes. Por isso é que começou a haver montes de restaurantes em Ponte de Lima. O haver turistas é que *desenvolveu toda a parte artesanal*, porque o turista vai sempre procurar uma lembrancinha que quer... (Idalina, idade indeterminada, entrevistada na região do Norte).³

Queiramos ou não, directa ou indirectamente, toda a gente de Sortelha está hoje ligada ao turismo. Portanto, (o turismo) é uma grande fonte de

³ Para salvaguardar a identidade dos informantes, optou-se por utilizar nomes fictícios em todos os casos em que se faz uso das suas afirmações, mantendo reais o sexo, a idade e o local de entrevista. Por outro lado, optou-se por realçar, através do uso de formatação em itálico, as expressões mais significativas dos depoimentos transcritos relativamente ao tema em questão.

receitas para Sortelha. Uns vendem figos secos, outros passas e licores, outros artesanato de bracejo, outros pifaros, outros bordados e tapeçarias, outros esculturas em pedra. *Toda a gente inventou alguma coisa e toda a gente ganha* (Rogério, 50 anos, entrevistado em Sortelha).

(Os aspectos positivos do turismo estão) na criação de postos de trabalho... De virem pessoas de fora... *Os restaurantes, as mercearias, tudo aquilo funciona de uma maneira diferente. Se não existisse turismo isto estava completamente morto* (Mónica, 43 anos, entrevistada em Monsaraz).

No plano cultural, o turismo é visto como positivo em diversas dimensões. Uma destas dimensões tem a ver com o intercâmbio que promove entre pessoas de diferentes origens geoculturais, facto que mostra que os proprietários, na sua generalidade, tal como os hóspedes, dizem valorizar o tipo de relações que entre eles se estabelecem no contexto do TER em Portugal. A grande maioria dos proprietários confere uma valoração positiva ao convívio com os turistas, sublinhando o carácter personalizado das relações que entre eles se estabelecem. Veja-se, a título ilustrativo, os seguintes depoimentos:

Um dos benefícios (do turismo) é que permite, se quisermos, termos contactos com as pessoas de fora, permite manter-nos actualizados e conviver (Gomes, 44 anos, entrevistado na região do Norte).

[O turismo traz também] o conhecimento de outras regiões (...) É o contacto humano de uns com os outros (...) *É a tal cultura humana que nos trazem e a que nós podemos dar contrapartida com a nossa* (Rogério, 50 anos, entrevistado em Sortelha).

Para nós que vivemos aqui no campo e que estamos aqui, tem todo o interesse em termos comunicação com outro género de pessoas que vêm da cidade (Moreira, 42 anos, entrevistado no Telheiro [Monsaraz]).

Estas relações sociais, que por vezes estão na origem da criação de laços de amizade mais ou menos fortes entre hóspedes e hospedeiros, ocorrem no âmbito de um processo de mercantilização da hospitalidade, que entretanto não abala a ideologia de que se está a proporcionar e a usufruir de algo autêntico e tipicamente português. A indicação da TURIHAB segundo a qual

“os hóspedes são agradavelmente surpreendidos pelo espírito acolhedor e afável dos seus anfitriões, cuja hospitalidade, à boa maneira portuguesa, já foi sinónimo do principiar de amizades com futuro” (TURIHAB, 1998: 18) ilustra-o, o mesmo acontecendo com os depoimentos de turistas seguidamente apresentados:

“Turismo Rural, Turismo de Habitação e Agroturismo é exactamente o que encontrei. *Um bom exemplo das características do nosso povo, hospitaleiro e simpático.* Aqui também encontrei a arte de bem receber. A partir de hoje sou, incontestavelmente, adepto do Agroturismo. Um defensor e um adepto do Agroturismo” (Livro de Honra de uma unidade situada na região do Centro).

“Permanecer na Casa da Cerca ainda que só por umas horas significa bem-estar graças à amabilidade das suas senhoras, de algo muito raro e cada vez mais de apreciar: *a hospitalidade ‘à antiga maneira portuguesa’ no que tem de mais tradicional e genuíno*” (Livro de Honra de uma unidade situada em Sortelha).

Tal facto empresta validade empírica à ideia de Cohen, segundo a qual o turismo propicia “a comoditização de um alargado leque de produtos (e actividades), muitos dos quais estavam fora do mercado antes de surgir o turismo” (Cohen, 1988: 381). O caso específico do TER pode ser assim descrito como uma forma de turismo associada à mercantilização da hospitalidade, no sentido em que

“a troca social entre hóspedes e hospedeiros, baseada nos princípios da hospitalidade da oferta, foi em larga medida substituída pela troca económica e pela intenção de lucro, muitas vezes encapotada por uma falsa amizade ou até servidão” (Dann e Cohen, 1991: 162).

Segundo os proprietários, outro dos componentes incluso na valoração positiva do TER em termos culturais consiste no facto de o TER promover a recuperação das casas e de outros patrimónios construídos, como mostram os seguintes trechos de entrevista:

Estão a ser recuperadas casas (...) [O turismo] *criou incentivos para as pessoas recuperarem as casas, o seu património.* Isso fez com que muitas

peessoas voltassem a viver nelas. Muitas casas de turismo, aqui, estavam totalmente abandonadas (...) A casa é um valor económico, mas é, sobretudo, um valor cultural (Gomes, 44 anos, entrevistado na região do Norte).

Por um lado traz riqueza, se há turismo, deixa aqui dinheiro. Porque *deixa as casas preservadas*, por exemplo, através destes projectos. E as pessoas vão aos restaurantes, vão aos cafés, dinamiza bastante (Sofia, 28 anos, entrevistada no Telheiro).

Este é aliás um argumento partilhado pelo Presidente da TURIHAB – a mais antiga Associação de Proprietários de TER em Portugal – quando afirma que

O turismo é realmente a única hipótese de salvaguardar as casas, porque as casas estejam abertas ao Turismo em Espaço Rural, ao Turismo de Habitação, como lhe queira chamar, são casas com manutenções elevadas e portanto com problemas de custos também importantes e o turismo, não há dúvida de que é uma alternativa, porque a agricultura está de rastos e portanto nós temos que ir buscar a outras fontes, capazes de gerarem meios e receitas para poder aguentar e garantir a sobrevivência dessas mesmas casas.

Finalmente, o TER é visto pelos proprietários como um agente de manutenção e criação de algumas tradições, como decorre do seguinte excerto de entrevista:

Através do turismo, há sempre certas tradições que vão aparecendo ou que não deixam de existir; muitas vezes nem é pela tradição, é para mostrar às pessoas (...) Uma das coisas será o artesanato (...) E depois poderá ser uma festa ou outra que começa a reavivar mais um bocado (Vítor, 27 anos, entrevistada na região do Norte).

Ainda a propósito das percepções sobre as repercussões do desenvolvimento da actividade turística, a maioria dos proprietários, ao serem inquiridos sobre os seus aspectos negativos, consideram que esta forma de turismo, sendo “seleccionada e de reduzida capacidade”, não comporta os riscos associados ao turismo de massas, de que o Algarve é o exemplo paradigmático, a respeito do qual se diz que “já não é o turismo

que se explora, é o turista”. Apesar de tudo, para alguns proprietários, o turismo, mesmo em pequena escala, acarreta malefícios que não devem ser descurados, especialmente em termos de poluição ambiental:

Não lhe vou dizer que é intencional, mas *eu verifico que nos sítios de paragem de viaturas fica um estendal de javardice que nem queira saber!* É garrafas de plástico, é papéis, é sacos de plástico, é latas de sardinha de conserva (Miguel, 65 anos, entrevistado na região do Alentejo).

Em síntese, poder-se-á notar que os proprietários encaram este tipo de turismo com contornos muito próximos dos autores pró-turismo, especialmente no que concerne aos benefícios que o TER comporta para as regiões de implantação. Os coordenadores e/ou directores técnicos das Associações de Desenvolvimento Local que foram objecto de entrevista, bem como os presidentes das Regiões de Turismo do Alto Minho, da Serra da Estrela e de Évora, os presidentes das Juntas de Freguesia de Estorãos, Sortelha e Monsaraz e os responsáveis pelo pelouro do turismo das autarquias de Ponte de Lima, Sabugal e Reguengos de Monsaraz, têm uma visão similar.

Da esfera económica à esfera simbólica

À escala do território nacional, tendo em conta os dados recolhidos através do inquérito por questionário, no que concerne à criação directa de postos de trabalho pelo TER, verifica-se que o número destes é diminuto. A maioria das unidades tem apenas um ou dois trabalhadores permanentes (39,8% e 28,7%, respectivamente), havendo inclusivamente algumas que não possuem qualquer trabalhador nestas condições (4,2%). Esta situação também se verifica quanto aos trabalhadores sazonais, existindo ainda unidades que não empregam pessoal nestes moldes. Quanto aos trabalhadores em tempo parcial, verifica-se que os estabelecimentos que os empregam, na sua grande maioria, admitem apenas um trabalhador (71,2%). Acresce que, na maior parte dos casos, estes empregados são do sexo feminino, tal como é usual na actividade turística em geral e no turismo rural em particular (Lane, 1994b: 11). No caso em apreciação, estas empregadas têm a seu cargo o desempenho de um conjunto extremamente variado de tarefas, incluindo

jardinagem, limpeza e manutenção dos quartos, serviço de pequenos-almoços e atendimento telefónico, entre outros.

À escala das localidades que foram objecto de estudo de caso, existe uma grande disparidade de situações. Em Estorãos, o TER, que está na posse de membros de uma mesma família, emprega três mulheres da freguesia, uma das quais a tempo inteiro, sem contar com os seus proprietários e alguns dos seus familiares. Em Sortelha, as unidades TER apenas empregam duas funcionárias, ambas a tempo inteiro e afectas às quatro casas de um mesmo proprietário; as restantes unidades não possuem qualquer empregado, sendo exploradas e mantidas pelos membros das famílias que as possuem. Em Monsaraz, o TER emprega vinte e sete pessoas, vinte das quais vinculadas a um mesmo empreendimento, um Hotel Rural.

Esta situação remete para duas questões que importa mencionar. Primeiro, o argumento dos agentes ligados ao TER segundo o qual este sector dinamiza o tecido económico das áreas de implantação pela via da criação de postos de trabalho é discutível. Segundo, o investimento realizado na criação e melhoramento do TER em Portugal é desproporcionado face ao número de empregos gerado pelo sector e concomitante poder de fixação das populações rurais. Na verdade, o número de postos de trabalho criado através dos cerca de 216 milhões de euros investidos no sector entre 1985 e meados de 2002 é muito residual.⁴ É de admitir que o TER envolva a promoção de emprego de forma indirecta, através do desenvolvimento do comércio e dos serviços. Na ausência de um inquérito presencial em todas as unidades TER e de uma pesquisa intensiva no terreno e nos acervos do Instituto de Emprego e Formação Profissional é, todavia, impossível quantificá-lo, especialmente no que diz respeito à totalidade do território nacional. O mais provável, entretanto, é que este número, por diversos motivos, não seja muito avultado. Em primeiro lugar, porque o TER é um turismo de pequena escala, que envolve um número restrito de pessoas e que apresenta taxas de ocupação relativamente baixas. Em segundo lugar, o sector não se encontra devidamente articulado com outros produtos e serviços turísticos, como é o caso da restauração. As localidades estudadas de modo mais aturado nesta investigação são neste ponto elucidativas. Em Estorãos, o TER não

⁴ Tal facto adquire particular relevância na medida em que o TER faz parte de um sector que tem vindo a assumir um peso crescente ao nível da geração de emprego e da constituição do PIB em Portugal nas últimas décadas.

contribui para a criação de empregos indirectos, pois os três estabelecimentos de cafetaria/mercearia existentes na freguesia servem fundamentalmente a população local. Em Sortelha e Monsaraz as coisas não se passam de maneira muito diferente, pois os espaços comerciais e os serviços turísticos existentes nestas povoações são fundamentalmente alimentados por outros visitantes que não aqueles que ficam alojados no TER.

O TER permite entretanto a manutenção de laços com a propriedade e com a terra por parte de um conjunto de pessoas que, de outra forma, dificilmente residiriam nos campos, grande parte delas pertencentes às classes médias rurais e urbanas. Reportando-se ao modo como surgiu nos proprietários a ideia de desenvolver a actividade turística, os enunciados abaixo transcritos são, neste ponto, elucidativos:

A casa não é de família, o meu marido comprou-a há uns 35 anos. Era a nossa casa de férias, vivíamos em Lisboa, em Santo Amaro de Oeiras e como o meu marido tinha família em Monção, os meus sogros são de Monção e o meu pai estava no Porto resolvemos vir, passávamos aqui as férias de Verão, para estarmos mais perto da família, para estarmos perto do mar, para os meus filhos terem uma praia boa. Era a nossa casa de férias, para irmos no Natal ou na Páscoa, mas no Verão vínhamos sempre. E quando o meu marido se retirou da actividade, viemos morar aqui porque já nada nos prendia na cidade grande e digamos que foi uma maneira de eu desenvolver uma actividade aqui (Helena, 76 anos, entrevistada na região do Norte).

Como eu aqui não tenho nenhuma actividade, não é, não tenho que fazer. *[O turismo] Era uma hipótese de [ter] uma actividade. Porque aqui, eu aposentei-me só no limite de idade, porque eu tinha medo de vir para Castelo Rodrigo. Uma terra onde não há ninguém com quem falar, a não ser das batatas, dos feijoeiros, do sol ou da chuva. Não é? Eu tinha tido uma vida muito participada, muito activa... tinha medo de vir para aqui. Portanto, só me aposentei mesmo no limite de idade. E depois surgiu isto, esta actividade (Gertrudes, 79 anos, entrevistada na região do Centro).*

Nós viemos para aqui passar um fim-de-semana, e quando demos por nós estávamos apaixonados e quisemos ficar. A casa era muito grande. Tinha sido construída para fins-de-semana, mas era já grande. Depois punha-se o problema de ter alguém para tomar conta... Nesse contexto, procurar pessoal...

não procurar, etc. Era um bocado complicado. Nós tínhamos tido um problema grave com um caseiro que tínhamos em Sintra, e pôs-se a hipótese de largar Cascais e vir viver para outro lado. E então pensámos: “Porque é que não vamos viver lá para baixo?” *E viemos*» (Idalina, 45 anos, entrevistada na região do Alentejo).

Entre este grupo de pessoas, ocupam um lugar de relevo alguns representantes da antiga nobreza de província que regressaram ou se mantêm na província, justamente por causa da possibilidade de recuperarem e explorarem turisticamente os seus patrimónios edificados, nomeadamente solares e casas apalaçadas, como acontece em Sortelha, com a Viscondessa de São Sebastião. Apesar desta situação se verificar um pouco por todo o país, é na região do Norte e particularmente no Minho que ela se torna mais evidente. Nas palavras do Presidente da Região de Turismo do Alto Minho, a ideia subjacente à criação do Turismo de Habitação foi precisamente a de recuperar antigos solares e casas apalaçadas, alguns deles em avançado estado de degradação e de fazer regressar à província os proprietários que entretanto residiam em centros urbanos, com destaque para o grande Porto e para a grande Lisboa, de molde a que fossem estes a receber os hóspedes.

Uma das valências do TER consiste justamente na recuperação de inúmeros imóveis degradados, incluindo solares e casas apalaçadas e, sobretudo, casas rústicas. Os casos de Estorãos, Sortelha e Monsaraz são neste quadro exemplificativos, na medida em que as unidades TER aí localizadas apresentam uma traça arquitectónica fundamentalmente rústica. Do nosso ponto de vista, a recuperação deste património edificado constitui uma das mais valias do TER, na medida em que mantém a habitabilidade dos campos e permite simultaneamente preservar um valor histórico, sobretudo se tivermos em conta que parte destes imóveis têm séculos de existência.

A propósito da conservação do património, o TER tem ainda a virtude de contribuir para a preservação da gastronomia tradicional, dado que as próprias unidades TER que prestam serviço de restauração têm como imperativo legal a existência de pratos típicos das regiões onde se integram, como por exemplo as papas e arroz de sarrabulho do Minho, a chanfana na Região da Beira Alta e as açordas e o ensopado de Borrego no Alentejo. Na planície alentejana, é também possível verificar que o TER contribui para a manutenção de algumas tradições, de que é exemplo a matança do porco (Amendoeira, 1998: 144).

Ao mesmo tempo, o TER permite a quem o possui e/ou explora o desenvolvimento de um regime de pluriactividade, podendo assim auferir de diferentes fontes de rendimento. É o caso de muitos proprietários ligados a explorações agrícolas que tiram rendimentos suplementares à actividade agrícola, mediante a prestação de serviços de alojamento turístico e a venda de produtos agro-alimentares a forasteiros. O caso dos reformados e pensionistas é igualmente elucidativo, na medida em que tiram da exploração turística um rendimento suplementar.

Num outro nível de análise, ao corroborar os modestos efeitos do TER em termos de revitalização do tecido socioeconómico nos seus locais de implantação, tal como já havia sido indicado por outros autores (Cavaco, 1999; Moreira, 1994; Ribeiro, 2004), esta pesquisa levanta uma questão que cumpre mencionar: dado que isto não constitui uma novidade para os mentores das políticas de desenvolvimento rural, porque é que se continua a apostar e investir avultadas quantias de dinheiro numa estratégia de alcance limitado, sobretudo no combate à desertificação? Por outras palavras, qual é a estrutura de justificação ideológica de uma política inócua, do ponto de vista puramente economicista? Do nosso ponto de vista, tal procedimento estará muito provavelmente associado ao valor simbólico que os campos têm vindo a adquirir de modo simultâneo à sua perda de importância social e económica. O processo de urbanização e de desruralização de Portugal faz com que se atribua cada vez mais importância simbólica aos campos do país, para os quais parte da população citadina tende a olhar como sendo o depósito das virtudes que se crêem ausentes das cidades, como sejam a tranquilidade, a natureza, a tradição e a autenticidade (Silva, 2007b). Além do mais, as paisagens rurais são cada vez mais vistas como marcos identitários nacionais na sociedade contemporânea, tal como constata Lowenthal (1996). Simultaneamente, o TER contribui para a manutenção das paisagens parcialmente humanizadas, celebradas pelo ideário pastoral perflhado por uma parte significativa das populações citadinas de classe média (Silva, 2007b).

O papel que estas paisagens desempenham na elevação dos sentimentos de pertença a uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1991) de dimensão nacional, detentora de uma História rica e nobre, é igualmente um aspecto a considerar, como se pode observar num depoimento recolhido durante a pesquisa de terreno que esteve na base deste texto:

Pelos caminhos do mundo, que bom é voltar às nossas raízes. A beleza, a tradição e a grandeza de Portugal estão tão presentes na *vossa maravilhosa casa* e na vossa afabilidade que é um privilégio, uma honra e um prazer enorme conhecer-vos, conhecer Sortelha e um dia regressar. *Fazem-nos sentir o orgulho e a essência de sermos portugueses* (Livro de Honra de uma unidade situada em Sortelha).

Esta concepção do campo enquanto repositório da identidade nacional em Portugal não constitui um dado novo, mas sim algo que remonta, pelo menos, à segunda metade do século XIX. Como refere Leal, entre 1870 e 1970 a cultura popular de matriz rural constitui um recurso essencial da construção da identidade nacional portuguesa, na cena intelectual do país, incluindo etnógrafos, antropólogos e ensaístas:

“De formas diferentes, [os] sucessivos momentos do processo de desenvolvimento histórico da etnografia portuguesa confrontam-nos pois com esse traço verdadeiramente estrutural da disciplina que é a sua articulação com exercícios de imaginação etnográfica da nação conduzidos a partir da cultura popular. (...) No fundo, ao privilegiarem Portugal como objecto de estudo, ao concentrarem-se no vínculo entre cultura popular e identidade nacional, os etnólogos portugueses não fizeram mais do que replicar no interior do seu espaço disciplinar próprio, uma tendência mais geral da cultura portuguesa” (Leal, 2000: 60-61).

De igual modo, Sobral observa que

“O campo (...) continuará a ser um referente de valores essenciais da identidade portuguesa (...) por contraposição a uma cidade anónima, dissoluta, conflituosa e anárquica, em suma, ameaçadora – de um modo idêntico ao sucedido em outros locais da Europa do período entre as duas guerras” (Sobral, 2004: 253).

Acresce que, como também mencionam Leal (2000) e Sobral (2004), a concepção do campo enquanto signo de identidade e alteridade nacionais é um fenómeno que se regista noutros países europeus desde há muitos anos atrás. Por exemplo, em Inglaterra, como observa Lowe,

“Na viragem do século, existiam mais forças de conservação. Devido à sua singularidade, as relíquias do passado e da natureza providenciaram uma espécie de testemunho visível da identidade histórica, para ser preservada da estandardização arbitrária que o industrialismo cosmopolita parecia ameaçar. Com a crescente tensão internacional e com uma cada vez maior preocupação com a ordem interna e a unidade do reino, o passado e o campo foram apresentados como um legado colectivo que expressa a essência do espírito nacional; e estas imagens foram postas ao serviço do patriotismo e da identidade nacional” (Lowe, 1989: 119).

Notas finais

Apesar de existir um pouco por todo o país, o TER distribui-se de modo desigual pelo território nacional, concentrando-se essencialmente na região do Norte, com particular incidência no Minho. O TER agrupa dois tipos de alojamento, considerando a tipologia arquitectónica e o recheio das casas: o que seria típico dos camponeses com algumas posses, constituído pelas casas rústicas, e o que associamos à antiga nobreza de província, formado pelos solares e casas apalaçadas.

Os proprietários destas casas possuem geralmente um considerável capital económico e cultural, mas não formam um grupo homogéneo, sendo possível identificar três grandes grupos: o dos proprietários ligados à antiga nobreza de província, que ingressaram na actividade fundamentalmente para recuperar e manter na família o património herdado dos seus ascendentes, com destaque para os solares e casas apalaçadas; o dos agricultores e criadores de animais, que procuram rentabilizar antigas instalações agrícolas, como sejam celeiros, casas de caseiros e arrumos; e o dos indivíduos que recuperam e adaptam antigas habitações, situadas em aldeias ou noutro tipo de povoações, a fim de retirar dividendos da sua exploração turística (Silva, 2006).

A procura deste tipo de unidades caracteriza-se por cidadãos de classe média, que regularmente frequentam o campo a fim de romper com a vida quotidiana e de obter uma experiência revigorante no campo (Silva, 2007b).

A criação deste tipo de alojamento turístico insere-se nas medidas adoptadas pelo Estado português e pela União Europeia para inverter a

crise gerada pela desruralização do país iniciada por volta de 1960. As políticas de fomento do sector e os sistemas de incentivo financeiro à criação e melhoramento das unidades de tipo TER são, neste ponto, ilustrativas, registando-se a transferência de uma elevada quantia de capitais públicos. O argumento justificativo deste investimento é o de que o TER induz o desenvolvimento rural mediante a criação de postos de trabalho e a dinamização das economias locais. Os profissionais do sector contactados no decurso da pesquisa opinam que o sector promove o desenvolvimento socioeconómico das áreas em que é implantado, através da criação de postos de trabalho e da dinamização do comércio e dos serviços. Entretanto, os resultados apurados durante a investigação que suporta este artigo apontam noutro sentido: o TER cria poucos postos de trabalho e não dinamiza significativamente o comércio e os serviços, pelo que também não é um instrumento eficaz no combate à desertificação das zonas rurais. Por outras palavras, o TER é inócuo em termos de promoção do desenvolvimento rural. É num plano da realidade distinto do económico que residem as mais-valias do sector. Ao permitir recuperar patrimónios edificados, o TER contribui para a manutenção de uma paisagem carregada de valor simbólico. Concebido como uma paisagem intermédia, que não é selvagem nem tão pouco inteiramente humanizada (Tuan, 1974: 109), o campo constitui uma referência ímpar em termos de identidade e alteridade nacionais na sociedade contemporânea.

Bibliografia

- Abram, S.; Waldren, J.; Macleod, D. (eds.). 1997. *Tourists and tourism. Identifying with people and places*. New York, Berg.
- Amendoeira, A. P. 1998. *Monsaraz. Análise do processo de conservação e transformação urbana no século XX*. Dissertação de mestrado em recuperação do património arquitectónico e paisagístico, Universidade de Évora.
- Anderson, B. 1991 (1983). *Imagined communities. Reflections on the origin and spread of nationalism*. New York, Verso.
- Cavaco, C. 1999. O mundo rural português. Desafios e futuros. In: Cavaco, C. (org.), *Desenvolvimento rural. Desafio e utopia*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos: 135-148.

- Cohen, E. 1988. Authenticity and commoditization in tourism. *Annals of tourism research*, 15: 371-386.
- Crick, M. 1985. Tracing the anthropological self. Quizzical reflections on field-work, tourism and the ludic. *Social Analysis*, 17: 71-92.
- Dann, G.; Cohen, E. 1991. Sociology and tourism. *Annals of tourism research*, 18: 155-169.
- Decreto Regulamentar N.º 14/78, em *Diário da República, I série*, N.º 109, de 12 de Maio de 1978: 870-6.
- Decreto-Lei N.º 256/86, em *Diário da República, I série*, N.º 196, de 27 de Agosto: 2200-22.
- Decreto-Lei N.º 54/2002, em *Diário da República, I série – A*, N.º 59, de 11 de Março de 2002: 2068-83.
- Direcção-Geral do Turismo. 2000. *O turismo no espaço rural de 1984 a 1999*. Lisboa, Direcção Geral de Turismo – Direcção de Serviços de Estratégia e Coordenação Turística: 1-17.
- Direcção-Geral do Turismo. 2001. *O turismo no espaço rural em 2000*. Lisboa, Direcção-Geral do Turismo – Direcção de Serviços de Estratégia e Coordenação Turística: 1-18.
- Direcção-Geral do Turismo, 2002. *O turismo no espaço rural em 2001*. Lisboa, Direcção-Geral do Turismo – Direcção de Serviços de Estratégia e Coordenação Turística: 1-17.
- Direcção-Geral do Turismo, 2004. *O turismo no espaço rural em 2003*. Lisboa, Direcção-Geral do Turismo – Direcção de Serviços de Estratégia e Coordenação Turística: 1-18.
- Ferrão, J.; Lopes, R. 2004. Understanding peripheral rural areas as contexts for economic development. In: Labrianidis, L. *The future of Europe's rural peripheries*. Ashgate, Ashgate Publishing: 31-61.
- Lane, B. 1994a. Sustainable rural tourism strategies: a tool for development and conservation. *Journal of sustainable tourism*, 2, (1, 2): 102-111.
- Lane, B. 1994b. What is rural tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 2, (1, 2): 7-15.
- Leal, C. M. 2001. *O turismo rural e a União Europeia. Uma realidade em expansão. Guia prático de investimento*. Coimbra, Almedina.
- Leal, J. 2000. *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa, Dom Quixote.
- Lowe, P. 1989. The rural idyll defended. From preservation to conservation. In: Mingay, G. E., *The Rural Ydyl*. London, Routledge: 113-131.

- Lowenthal, D. 1996. Paysages et identités nationales. In: Jollivet, M., Eizner, N. (eds.). *L'Europe et ces campagnes*. Paris, Press de la Fondation Nationale de Sciences politiques: 245-274.
- Marx, L. 1967 [1964]. *The machine in the garden. Technology and the pastoral ideal in America*. Oxford, Oxford University Press.
- Ministério da Agricultura, Instituto de Estruturas Agrárias e Desenvolvimento Rural. 1995. *Relatório final. Programa de iniciativa comunitária LEADER*. Lisboa.
- Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural. 1999. *Relatório de execução anual. Programa de iniciativa comunitária LEADER II*. Lisboa.
- Moreira, F. J. 1994. *O turismo em espaço rural. Enquadramento e expressão geográfica no território português*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Nash, D. 1996 (1976). *Anthropology of tourism*. New York, Pergamon.
- Nilsson, P. A. 2002. Staying on farms. An Ideological Background. *Annals of tourism research*, 29 (1): 7-24.
- OCDE. 1994. *Tourism strategies and rural development*. Paris.
- Pearce, P. L. 1990. Farm tourism in New Zeland. A social situation analysis. *Annals of Tourism Research*, 17: 337-352.
- Perez Correa, E. 2002. Lo rural y la nova ruralidad. In: Perez Correa, E.; Maria Sumpsi, J. (coords.). *Políticas, instrumentos y experiencias de desarrollo rural en América latina y Europa*. Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación: 15-30.
- Ribeiro, M. 2003a. Espaços rurais como espaços turísticos: reflexões em torno da construção da oferta de turismo em espaço rural em Portugal. In: Portela, J.; Caldas, J. C. (orgs.). *Portugal Chão*. Oeiras, Celta: 199-216.
- Ribeiro, M. 2003b. Pelo turismo é que vamos/poderemos ir (?). Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento local. In: Simões, O. e Cristóvão, A. (orgs.), *TERN. Turismo em Espaços Rurais e Naturais*. Coimbra, Instituto Politécnico de Coimbra: 41-56.
- Silva, L. M. 2006. O turismo em espaço rural. Um estudo da oferta e dos promotores. *E-Working Papers (online)*, 16: 1-29 [Acedido em 21-02-2007]. <http://www.cies.iscte.pt/wp.jsp>
- Silva, L. 2007a. *Processos de mudança nos campos. O turismo em espaço rural*. Dissertação de Doutoramento em Antropologia, Departamento de Antropologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

- Silva, L. M. 2007b. A Procura do Turismo em Espaço Rural. *Etnográfica*, 11 (1): 141-163.
- Smith, V. (ed.). 1978. *Hosts and guests. The anthropology of tourism*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Sobral, J. M. 2004. O genuíno, o espúrio e a Identidade Local. Um estudo de caso das políticas de Património em Meio Rural. *Etnográfica*, 8 (2): 243-271.
- Tuan, Y. 1974. *Topophilia. A study of environmental perception, attitudes, and values*. New Jersey, Prentice – Hall.
- Turihab. 1998. Solares de Portugal. *Casas de Portugal*, 13, Dezembro: 17-32.

Artigo recebido a 2 de Novembro de 2006 e aceite a 17 de Janeiro de 2007.